



AGENDA 2030 E ACESSO UNIVERSAL E EQUITATIVO À ÁGUA POTÁVEL: AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE POBREZA HÍDRICA NA COMUNIDADE DA ILHA COLÔNIA LEOCÁDIA, MACAÉ, RJ

Édson Avelar Guimarães¹; Andressa de Oliveira Durães²; Yasmin Faturini³; Maria Inês Paes Ferreira⁴.

1. Prefeitura Municipal de Macaé/Instituto Federal Fluminense – Engenheiro Agrimensor, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental (PPEA/IFF) – E- mail de contato: edsonavelar@yahoo.com.
2. Instituto Federal Fluminense, *Campus* Macaé – Estudante do curso Técnico de Meio Ambiente Integrado ao EM.
3. Instituto Federal Fluminense, *Campus* Macaé – Estudante do curso Técnico de Meio Ambiente Integrado ao EM.
4. Instituto Federal Fluminense, *Campus* Macaé – Pós-doutora em Gestão Integrada dos Recursos Naturais, Docente do Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental (PPEA/IFF).

Resumo:

A ocupação de alguns espaços territoriais especialmente protegidos é ilegal no Brasil por provocar impactos e danos ambientais. O município de Macaé ilustra bem esse processo na medida em que a indústria do petróleo incentivou o rápido crescimento populacional. Aliados a esse crescimento, a precariedade dos mecanismos de comando e controle associada às políticas públicas de ordenamento do uso e ocupação da terra e a especulação imobiliária compeliram uma população migrante a buscar moradia em espaços territoriais especialmente protegidos, como os manguezais da região estuarina do município. Objetiva-se no presente trabalho apresentar um estudo das condições de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental que caracterizam a ocupação de parte do estuário do rio Macaé à luz do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 da Agenda 2030 das Nações Unidas (ODS 6 da ONU): assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos. Uma vez que não existem indicadores apontados para nenhuma das seis metas associadas ao ODS 6, propõe-se no presente estudo o emprego do Índice de Pobreza Hídrica (IPH), adaptado para a comunidade Ilha Colônia Leocádia, que ocupa de forma desordenada uma porção de manguezal da região estuarina do rio Macaé. Para atingir este objetivo foi elaborado um questionário semiestruturado, que foi aplicado a setenta e três moradores da localidade. Os resultados dessa pesquisa associados a dados primários cedidos pela Prefeitura Municipal de Macaé permitiram estimar o IPH para o território em questão. O valor encontrado para o IPH da Ilha Colônia Leocádia reflete uma situação de grave pobreza hídrica, após ponderadas as múltiplas dimensões que compõem o índice, consideradas de igual importância pelos entrevistados. Evidenciou-se que o inadequado acesso à infraestrutura e equipamentos urbanos, além da baixa renda familiar e pequena participação social cidadã requerem ação imediata dos gestores locais no sentido de formular políticas públicas voltadas à promoção do bem estar dos estuarinos, com foco no acesso à água e proteção dos recursos hídricos, no sentido de alcançar o ODS 6.

Palavras-chave: Agenda 2030, acesso à água, saneamento básico.

Instituição de fomento: CNPq, CAPES e PMM.